

Margem é reduzida para cortar renúncia fiscal, diz Mansueto

Por Ribamar Oliveira | De Brasília



Mansueto Almeida, secretário do Tesouro: "A redução do subsídio implícito não abre espaço para o gasto".

Vários candidatos à Presidência da República colocam a redução das renúncias fiscais como um dos pilares do ajuste fiscal que pretendem realizar. Embora considere importante e necessário o debate desse tema, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, alerta para o fato de que não há consenso para reduzir significativamente os atuais gastos tributários. "O debate sobre subsídios é bom, mas não vamos nos enganar de que haja consenso e de que seja fácil mudar", afirmou, em entrevista ao Valor.

As renúncias tributárias estão, atualmente, concentradas em sete grandes contas: o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, a desoneração da cesta básica, a desoneração da folha de pagamento, os rendimentos isentos e não tributáveis do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), as entidades

sem fins lucrativos e as deduções do rendimento tributável do IRPF.

Em 2017, o gasto tributário com os sete grupos foi de R\$ 201 bilhões ou 74,3% do total, de acordo com uma lista elaborada pela Secretaria da Receita Federal.

"Se você me perguntar se existe consenso para reduzir o gasto tributário da Zona Franca de Manaus, do Simples ou da cesta básica, eu vou responder que não", afirmou Mansueto. "Quando você abre a lista [da Receita], o consenso [sobre a possibilidade de reduzir fortemente a desoneração] desaparece", disse.

A lista da Receita Federal mostra que, em 2017, a renúncia (ou seja, a perda de arrecadação) com o Simples - o regime tributário favorecido para micro e pequenas empresas - atingiu R\$ 75,6 bilhões, em valor nominal, ou 1,15% do Produto Interno Bruto (PIB). É a maior perda de receita entre todos os setores que recebem benefícios tributários. O Simples representou 27,9% do total das renúncias fiscais da União no ano passado.

O dado mais significativo é que, ao longo da última década, em vez de ser reduzido, o gasto com o Simples aumentou. Em 2017, a renúncia fiscal com o Simples foi 131% maior que em 2007, em termos reais, de acordo com a lista da Receita Federal. O maior gasto

com o Simples ocorreu em 2014, quando a renúncia atingiu R\$ 83 bilhões, a preços de 2017.

Outro gasto tributário que também aumentou foi o com a Zona Franca de Manaus. Em 2017, a renúncia foi de R\$ 21,6 bilhões, 59,5% maior do que em 2007, em termos reais. Para mostrar a dificuldade de reduzir esse gasto, Mansueto lembrou o recente episódio em que o presidente Michel Temer baixou decreto acabando com benefício tributário para a indústria de refrigerantes na Zona Franca de Manaus e houve forte reação do Congresso, com os senadores aprovando um decreto legislativo suspendendo a decisão. A matéria ainda está em análise na Câmara dos Deputados.

Mansueto lembrou ainda que a redução dos gastos tributários não abrirá espaço para o aumento da despesa pública, pois existe um teto para os gastos da União. "A redução da desoneração vai melhorar a arrecadação e, com isso, o resultado fiscal", explicou. "Mas não abrirá espaço para mais gastos por causa do teto."

Apenas o fim da desoneração da folha abrirá espaço para aumento de outras despesas, porque, pela lei, o Tesouro é obrigado a compensar a Previdência Social pela perda de arrecadação que tem com a medida. Ou seja, a compensação é





considerada uma despesa do Tesouro. Com o fim da desoneração, que deverá acontecer em 2020, acabará também a despesa.

Embora não abra espaço para o aumento das despesas, a redução das desonerações fiscais ajuda a melhorar a receita, o que tem impacto direto sobre o resultado primário do governo central (Tesouro, Previdência e BC).

Em 2017, os subsídios da União totalizaram R\$ 354,7 bilhões, o que representou 5,4% do PIB, sendo R\$ 270 bilhões por meio de gastos tributários (desonerações) e R\$ 84,3 bilhões via benefícios financeiros e creditícios. Mansueto chamou a atenção para o fato de que já ocorreu, nos últimos anos, uma queda bastante expressiva da despesa com benefícios financeiros e creditícios.

Os benefícios financeiros, que são conhecidos como subsídios explícitos, se referem a gastos da União com subvenções econômicas (equalização de taxas de juros, por exemplo) ou com a assunção de dívidas. Essas despesas constam do Orçamento anual da União. O subsídio explícito afeta o resultado primário e a despesa está submetida ao teto de gastos. A despesa foi reduzida porque alguns programas foram descontinuados, como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que tinha juros altamente subsidiados. "A tendência do subsídio explícito é ir caindo", explicou Mansueto. "Mas a queda vai ser cada vez menor."

O benefício creditício, também conhecido como subsídio implícito, decorre de empréstimos feitos pela União, em que a taxa de retorno é inferior ao custo de captação do Tesouro. Este é o caso, por exemplo,

dos empréstimos do Tesouro ao BNDES. Essa despesa não consta do Orçamento da União, não tem impacto na meta fiscal nem no teto de gastos, mas afeta a dívida pública. "A redução do subsídio implícito não abre espaço para o gasto", alertou o secretário.

Com as medidas adotadas pelo governo - como a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) e a antecipação do pagamento de empréstimos pelo BNDES ao Tesouro - e com a forte queda da Selic, o subsídio implícito foi bastante reduzido. "A conta do subsídio implícito, do ponto de vista estrutural, já mudou com a aprovação da TLP", disse Mansueto. Ele observou, no entanto, que esta conta depende da trajetória da Selic. "O governo não controla a Selic. Se, por algum motivo, ela subir, o gasto aumentará também", explicou.

Gastos tributários da União

Evolução dos principais itens, em R\$ bilhões*

	2007	2009	2011	2013	2014	2015	2017
Simples Nacional	32,7	49,8	59,7	80,9	83,0	77,9	75,6
Zona Franca de Manaus	13,6	21,6	27,7	30,8	29,7	26,1	21,6
Rendimentos Isentos e não tributáveis - IRPF	7,6	18,4	20,5	23,2	24,7	26,8	28,0
Cesta básica	12,9	16,0	16,8	24,1	24,1	24,4	23,8
Entidades Sem fins lucrativos - isentas/imunes	18,5	19,5	21,3	23,9	25,4	21,9	21,2
Deduções do rendimento tributável - IRPF	5,9	15,0	15,5	16,8	17,4	17,3	17,5
Desoneração da folha	-	-	-	16,0	27,1	28,4	13,3
Total	91,2	140,3	161,5	215,7	231,4	222,8	201,0

Fonte: Orçamento de Subsídios da União - 2ª edição, uma publicação do Ministério da Fazenda. * Valores constantes de 2017

Equipe refaz cálculos em busca de R\$ 10,2 bi para ministérios

Por Fábio Pupo e Carla Araújo | De Brasília

A equipe econômica tem avaliado diferentes medidas para atender à demanda de ministérios por recursos orçamentários. Um deles é recalculer os gastos obrigatórios deste ano, que podem estar superestimados. Além disso, o governo planeja redirecionar recursos que estão reservados a outras áreas e ainda não foram distribuídos.

A demanda por recursos foi debatida na quinta-feira da semana passada em reunião da Junta de Execução Orçamentária, que reúne equipes de Casa Civil, Planejamento e Fazenda. De acordo com os números apresentados nesse encontro, há hoje pedidos de diferentes áreas do governo por verbas que somam R\$ 10,2 bilhões.

Para ajudar na tarefa de atender a essas pastas, o governo já começou a discutir o cancelamento de R\$ 561 milhões em dotações orçamentárias de ministérios como Educação, Saúde, Agricultura, Cidades, Esporte, Defesa e Integração Nacional.

Pela proposta apresentada pela equipe econômica ao Palácio do Planalto, seriam atendidos os pedidos de mais verbas de pastas como Advocacia-Geral da União

(AGU), Cultura, Desenvolvimento Social, Justiça, Itamaraty e Trabalho.

No caso da Educação, os valores a ser redirecionados estariam sem uso porque praticamente todo o orçamento em questão estava vinculado à arrecadação a ser obtida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. De acordo com a fonte ouvida pelo Valor, o fundo não tem conseguido o resultado originalmente projetado.

A equipe econômica planeja que os recursos cancelados da Educação sejam direcionados ao Ministério do Desenvolvimento Social. A alegação é que agências do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) encontram-se em situação emergencial, sob risco de paralisação das atividades, devido à necessidade de recursos.

Além do cancelamento de R\$ 561 milhões da Educação, o governo pretende atender à demanda de recursos usando o espaço já disponível de R\$ 666 milhões existente dentro do limite do teto de gastos. As duas medidas levantariam R\$ 1,226 bilhão em recursos.

Feito esse remanejamento, faltariam, portanto, cerca de R\$ 9,5 bilhões em demandas a serem atendidas. Para completar o número, a proposta da equipe econômica é usar recursos que foram inseridos no Orçamento, mas ainda não foram

liberados.

Por isso, eles compõem hoje uma "reserva" que está parada e poderia ser usada para outras áreas mais prioritárias. Parte desse remanejamento precisaria de autorização do Congresso.

A reavaliação das despesas obrigatórias - incluindo destinações a Previdência, salários de servidores, além de subsídios e subvenções - não seria suficiente para atender a todos os ministérios interessados, mas aliviaria a pressão por dinheiro.

Por isso, o governo decidiu esperar para bater o martelo sobre os remanejamentos para depois da divulgação do próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas - que sai até o dia 22 de setembro.

Parte desse remanejamento é necessária também porque atualmente diferentes ministérios estão com recursos parados. São R\$ 12,7 bilhões em dinheiro destinado, mas não gasto. Esse dado está registrado no resultado do Tesouro Nacional referente ao mês de junho.

Caso os recursos não sejam usados, serão abatidos do resultado fiscal do ano - contribuindo para diminuir o déficit das contas públicas.

A equipe econômica chama o fenômeno dos recursos destinados e





não gastos de "empoçamento". Ele pode ter diferentes motivos. Uma das possíveis causas, segundo técnicos do governo, é a má gestão.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, diferentes áreas do governo pedem mais recursos do que o necessário. "Tem um bocado de debates no Orçamento deste ano. Se você perguntar pra cada ministério quanto eles querem, vai chegar a R\$ 20

bilhões ou R\$ 30 bilhões. Mas uma coisa é a demanda, e outra coisa é o que de fato precisa", afirmou a jornalistas na sexta-feira.

Segundo o secretário, há espaço para a realocação. "Os [órgãos] que estão eventualmente precisando mais têm demanda pequena, de R\$ 40 milhões ou R\$ 50 milhões. Com uma despesa total de R\$ 1 trilhão, dá para descolar R\$ 50 milhões em custeio para terminar o ano", disse.

Redistribuição

Proposta sendo discutida entre equipe econômica e Planalto

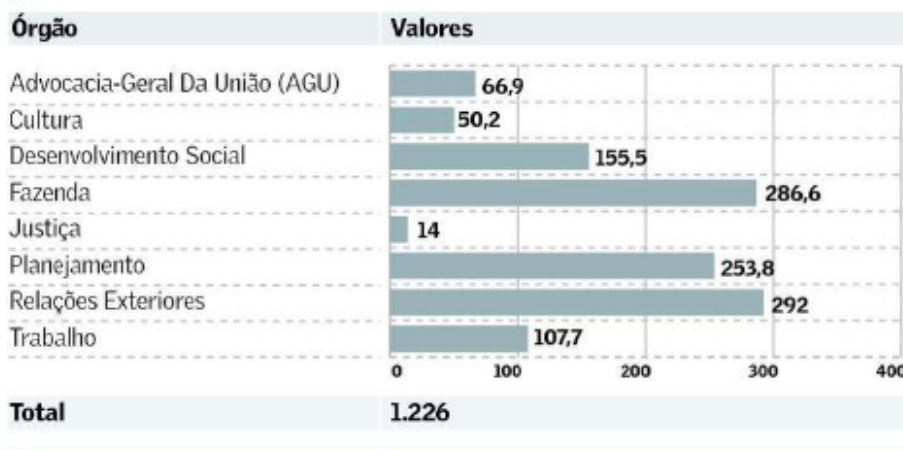
Proposta de cancelamento de dotações - R\$ milhões



Espaço disponível no teto de gastos: **R\$ 666 milhões**

Total em recursos a serem usados (cancelamentos + teto): **R\$ 1,226 bilhão**

Demanda por recursos a ser atendida - R\$ milhões



Cultura como economia

Cacá Diegues

O que será que anda acontecendo? O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, comunicou que pretende acabar com o Departamento de Economia da Cultura do banco, no mesmo instante em que o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, muito acertadamente, anuncia os valores econômicos dela, com sua parte na oferta de empregos, no pagamento de impostos em valores maiores do que aqueles que o Estado oferece como incentivo à atividade, em sua participação no PIB, na multiplicação dessa indústria cada vez mais ativa e crescente.

A cultura é o espírito da nação, o valor simbólico que a mantém una, que a faz existir. Ela não é só responsável por produtos de cinema, música, televisão, literatura, artes plásticas etc., como também pelos costumes de um povo, os hábitos da população que se desenvolvem ao longo do tempo.

A cultura moderna ganhou um caráter econômico. Sobretudo nos países que fazem dela um soft power, instrumento de influência através do consumo global. Países como os Estados Unidos exercem seu poder internacional graças ao poder de sua cultura espalhada pelas nações de todos os continentes. Através da produção cinematográfica, uma de suas mais poderosas armas, os americanos vendem ao mundo seus produtos, desde geladeira e

automóvel até a própria forma de viver.

Abandonar esse poder da cultura como exclusivo dos outros é abrir mão do que nós somos, é desistir de ser.

Hoje, nenhuma cultura sobrevive apenas pela força da imaginação, pela criatividade de seus produtores. Os meios de informação e comunicação do mundo contemporâneo agem muito rapidamente sobre as relações entre o produto e o consumidor, obrigam a uma renovação constante, que acaba criando novas e dinâmicas circunstâncias econômicas. Se o produtor não se der conta disso, é obrigado a sair de cena. O Estado, em todos os países do mundo, em diferentes medidas, se ocupa dessas novas relações econômicas, protegendo e animando a produção cultural local. É assim dos Estados Unidos à China, da Guatemala ao Mali. Como deve ser no Brasil.

Nosso ministro da Cultura sempre entendeu esse ponto e desenvolve um trabalho permanente nessa direção. Por que o BNDES não o acompanha? Por que o BNDES quer agora tratar a cultura como uma produção secundária na economia brasileira? E se isso tudo for uma tendência pré-eleitoral malsã? Como evitaremos mais essa trágica grossura no horizonte político do país?

Um horizonte que talvez não esteja tão longe assim. Semana passada, a Ancine (Agência Nacional do Cinema) informou que o premiadíssimo curta-metragem de um jovem cineasta mineiro, Sávio Leite, “A fadinha lésbica”, animação baseada em conto da consagrada autora Hilda Hilst, teve negado seu Certificado de Produto Brasileiro (CPB), sem o qual não pode ser exibido no país. A Ancine declara formalmente que nega o CPB “pois a obra foi considerada como subtipo (?) Erótico/Pornográfica” Uma censura que nossa Constituição de 1988 proíbe e que tenho certeza de que não é uma orientação do ministro da Cultura.

Ao lado de Gustavo Dahl, Luiz Carlos Barreto, Luiz Severiano Ribeiro e Rodrigo Saturnino Braga, como representantes da atividade, fiz parte do grupo que, no final do governo FHC, elaborou a nova ordenação do cinema brasileiro, que tinha sido destruído por Fernando Collor. Fomos nós que inventamos a Ancine, e não era para censurar que ela devia existir, mas para colaborar com o crescimento do cinema brasileiro, torná-lo sólido como economia. Os dois governos Lula respeitaram isso, Dilma também, assim como Temer desde o início do seu mandato. Agora, em vez de apoio, a Ancine resolveu decidir que filmes podem ou não ser feitos no Brasil.





‘A fadinha lésbica’ já foi exibido e/ou premiado em Berlim, Barcelona, Viena, Turim, Annecy, San Francisco, Bogotá, Cidade do México, Zagreb, Santiago, Sicília, Buenos Aires, Seul, Paris, Lisboa, Hamburgo, Oslo, Zurique, Londres, Lima, Hong Kong, Havana, Melbourne, Bruxelas, Bilbao, Varsóvia, Kosovo, Los Angeles, Moscou. Além disso, em 2018, para complicar a vida dos funcionários da Ancine, “A fadinha lésbica” já é finalista ao Grande Prêmio do Cinema Brasileiro.

É incrível como um grupo de seres humanos, como qualquer um de nós, ainda se acha no direito de dizer o que está certo ou errado, o que é permitido ou não na obra de outras pessoas. Foi isso o que aconteceu, nas vésperas das eleições dos anos 1920 e 30, na Itália e na Alemanha.

Na corrida da Internet das coisas

Brasil investe abaixo da média mundial para tentar conectar objetos

BRUNO ROSA

O baixo nível de investimentos em telecomunicações no Brasil nos últimos anos vai fazer com que o país chegue atrasado na corrida mundial da chamada internet das coisas. Enquanto vários países aceleram os planos para lançar redes ultrarrápidas que permitem ampliar a conexão de objetos para gerar ganhos de produtividade, o Brasil destina menos recursos que a média mundial. Estudo da Huawei, gigante chinesa de infraestrutura de telecom, aponta que por aqui o ritmo de expansão de fibra ótica é cerca de um terço do que é feito no resto do mundo. A oferta de data centers é outro gargalo: cresce no Brasil a um ritmo 50% menor que a média internacional.

Esse cenário já se reflete na projeção de crescimento da internet das coisas no país. Dados da GSMA, a associação internacional do setor de telefonia, apontam que o volume de objetos conectados no Brasil vai aumentar 13% até 2022, para 266 milhões de aparelhos em geral, incluindo carros e eletrodomésticos, por exemplo. A previsão é inferior à de países desenvolvidos como Estados Unidos (45%), França (32,5%) e Alemanha (23%). O país também fica atrás de

emergentes como China (28%) e México (19%).

Para Julio André Sgarbi, consultor da Huawei para a América Latina, o Brasil investe pouco na preparação para a economia digital. Ele explica que o país precisa desenvolver uma infraestrutura que permita a criação de um ecossistema para a internet das coisas envolvendo operadoras de telecomunicações, fabricantes de dispositivos e indústria:

—O investimento hoje é centrado na estratégia das teles, que é a telefonia móvel. O resto acaba ficando em segundo plano. Veja o caso dos data centers, necessários para a economia digital. As empresas até fizeram um investimento, mas como o retorno inicial não foi o planejado, pisaram no freio. O Brasil hoje investe bem menos que o necessário para se tornar uma economia digital.

POTENCIAL DE CRESCIMENTO

Se o país está atrasado, por outro lado o potencial de crescimento é alto, dizem empresas do ramo. Bertrand Ramé, vice-presidente da Sigfox, uma companhia especializada em objetos conectados que tem a espanhola Telefônica entre os acionistas, diz que o plano da companhia é largar na frente, criando soluções e fomentando o mercado no Brasil. Ele cita casos como

sensores na agricultura que ajudam a aumentar a produtividade da plantação ou de equipamentos nas lixeiras das cidades que ajudam a medir o volume do lixo, ajudando a reduzir os custos com coletas desnecessárias. Mais para isso ocorrer, afirma, é preciso aprofundar a relação entre teles e fabricantes de equipamentos.

—Serão investidos no Brasil mais de US\$ 50 milhões até 2019 na construção de rede. Mas é preciso buscar mais parceiros. É isso que estamos fazendo agora. Temos que incentivar a produção de sensores no Brasil. Hoje, a Europa tem mais potencial, pois a rede é mais desenvolvida. Aqui, estamos ainda desenvolvendo —destaca Ramé, que pretende chegar a 60 países até dezembro deste ano.

Com a chegada da rede 5G ao Brasil, Amadeu Castro, diretor da GSMA no país, lembra que será preciso aumentar o número de antenas no país. Hoje, há cerca de 90 mil unidades, segundo a Telebrasil, associação das companhias do setor. Castro lembra que a chegada de objetos conectados vai exigir uma rede de maior capacidade.

— Hoje já temos uma carência com o 4G. E com o 5G isso vai aumentar, pois mais capacidade vai exigir mais antenas, que vão consumir mais eletricidade. No futuro, para que





o país seja de fato uma economia digital será preciso ter antenas ao longo das ruas para que os objetos fiquem de fato conectados — afirma Castro.

Chris Battalard, presidente-executivo da operadora WND, que é focada em internet das coisas, lembra que é preciso estimular a própria demanda no Brasil. Ele lembra do potencial de setores como agricultura, logística e transporte. Por isso, a companhia, diz ele, vem instalando rede em municípios com mais de 200 mil habitantes e cidades do Centro-Oeste, polo do agronegócio. Hoje, a empresa já está presente em 500 cidades no Brasil. Com sede no Reino Unido, a companhia atua ainda em dez países da América Latina.

— A tecnologia vai permitir um avanço da produtividade. Por isso, é importante escolher os setores que serão desenvolvidos e fornecer soluções, como a agricultura. Vamos investir US\$ 80 milhões até o final de 2019 em todo o mundo. E o Brasil vai representar cerca de 60% desse total. O maior desafio é desenvolver uma tecnologia que seja barata o suficiente para que as

pessoas consigam tê-las em seu dia a dia — diz Battalard.

NÃO BASTA A REDE

Mas não basta apenas oferecer internet, argumentam consultores. O especialista Christopher Fourtet avalia que é preciso desenvolver sistemas com inteligência artificial capazes de processar e refinar os dados que navegam na rede, o que tende a tornar os investimentos mais altos. Para ele, a infraestrutura, como a fibra ótica, precisa ser capaz de processar esse tipo de informação em tempo real para centenas de milhares de aparelhos conectados:

— Esse é o próximo desafio. A rede precisa fazer seu próprio processamento. O setor precisa buscar novas tecnologias. O próximo passo é começar a desenvolver soluções que não necessitem de baterias e que consigam acumular energia com o sol. Já existem soluções sendo feitas nesse sentido. Sem isso, não haverá avanços sobretudo em países onde o investimento é baixo. O investimento em pesquisa é essencial para que essa transformação ocorra.

BNDES terá R\$ 20 milhões para ação de conectividade

Banco vai reduzir valor de financiamento mínimo para projetos de provedores para R\$ 1 milhão

Após passar o ano passado debruçado na criação de um estudo sobre a internet das coisas, o BNDES pretende financiar os primeiros projetos na área já nos próximos meses. Com orçamento de R\$ 20 milhões, a estratégia do banco é selecionar iniciativas na área rural, de saúde, cidade e indústria.

— Já recebemos projetos 18 projetos. As inscrições vão até o fim do mês — disse Ricardo Rivera, chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do BNDES.

Mas não basta financiar os projetos. Rivera lembra que é preciso ampliar a infraestrutura. Por isso, o BNDES vai aumentar o

volume de recursos destinados aos pequenos provedores.

— Vamos atender diretamente os provedores, reduzindo o valor inicial dos projetos de R\$ 20 milhões para R\$ 1 milhão. É uma agenda para esse ano.

Alexandre Reis, diretor de Operações do Grupo WND, uma operadora de telecomunicações, lembra ainda que a internet das coisas precisa de um tratamento tributário especial.

— Você não pode tributar um sensor como se fosse um celular. Isso pode encarecer

o serviço a ponto de torná-lo economicamente inviável.

(Bruno Rosa)

Próximo presidente não conseguirá investir

O investimento público vem sendo a maior vítima do desequilíbrio fiscal e o próximo presidente assumirá sem capacidade para investir, porque não houve ajustes por meio de reformas. Apesar de a emenda do teto (EC95/2016) estar em vigor, os gastos com a folha e com benefícios previdenciários crescem acima da inflação e comem a fatia passível de cortes. Especialistas avisam que a proposta orçamentária de 2019, que será encaminhada pelo Executivo no fim deste mês ao Congresso Nacional, virá com previsão de investimento abaixo de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), se não houver adiamento de reajustes.

Pelo projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, sancionada pelo presidente Michel Temer no último dia 15, essa margem de gasto discricionário (não obrigatório) encolheu R\$ 30,5 bilhões e soma R\$ 98,4 bilhões, ou 6,9% de todas as despesas previstas. Mas, conforme dados da nota técnica do Congresso após alguns descontos, restam apenas R\$ 30,3 bilhões para as “demais despesas discricionárias”, que incluem os investimentos, ou seja, 0,43% do PIB. Esse percentual, contudo, deve encolher mais porque não considera o adicional de R\$ 6 bilhões já previstos pela equipe econômica no aumento das despesas com pessoal, que passará de R\$ 20 bilhões para R\$ 26

bilhões, totalizando R\$ 328 bilhões. Isso deverá constar no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2019, que será enviado ao Congresso até dia 31 e não inclui novos reajustes, como o de 16% do Judiciário e cujo efeito em cascata pode superar R\$ 4 bilhões na folha se o Congresso autorizar a medida. Portanto, alguns analistas não descartam investimento do novo governo bem perto de zero.

“A variável de ajuste do orçamento é o investimento. O governo não tem como cortar gasto sem reforma estrutural daqui para frente, porque não há mais gordura”, alerta Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon Brasil. Com base nos dados do Tesouro Nacional, ele estima que, para o governo conseguir investir R\$ 33,6 bilhões em 2019, será preciso congelar o salário dos servidores. Se for considerada a projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI) para atual para este ano para o PIB nominal, de R\$ 6,971 trilhões, esse dado equivale a 0,48% do PIB. “Se o governo renovar o subsídio para o diesel, que acaba em dezembro, será mais difícil fechar uma conta que já estará deficitária em R\$ 139 bilhões no próximo ano”, completa.

Na avaliação do economista Fabio Klein, da Tendências Consultoria, os investimentos públicos em 2019 podem ser o menor da história, com exceção de

2003. Naquele ano, pelos dados do Ministério do Planejamento, foram investidos R\$ 14 bilhões. “As despesas obrigatórias consomem a maior parte do orçamento e os reajustes salariais, como o do Judiciário devem agravar o quadro, porque o governo precisará aumentar ainda mais seu endividamento por não poder mexer no gasto obrigatório”, avisa.

Para o economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, o quadro é mais preocupante se for considerada a metodologia das contas nacionais da IFI, o investimento da União já está em patamares muito mais baixos. Em 2017, o governo federal investiu apenas R\$ 24,8 bilhões, o equivalente a 0,38% do PIB. “É bem provável que ocorra um forte encolhimento desse valor neste ano, porque não há mais margem para cortes de despesas. Por isso, o investimento público será praticamente zero, se considerarmos essa metodologia”, explica. Ele lembra que a retomada do crescimento da economia acaba sendo afetada com esses cortes dos investimentos. Essa redução de R\$ 30,5 bilhões nas despesas discricionárias da LDO, por exemplo, equivale a 0,4% do PIB. “O investimento é um multiplicador para o PIB em torno de 1,5% na América Latina. E se o governo corta mais investimento, haverá impacto na economia. Esse corte de





0,4% do PIB, que poderia ser investimento, pode implicar uma redução de 0,6% no PIB do ano que vem”, alerta.

O economista Gabriel Leal de Barros, diretor da IFI, reforça que a tendência da queda de investimento é consequência do aumento das despesas obrigatórias e não do teto de gasto. “O recuo nos investimentos não é decorrência mandatória do teto. Mesmo no regime anterior, onde a âncora fiscal era dada por meio da meta de resultado primário, o robusto avanço do gasto obrigatório já impunha restrição para ampliação do investimento”, resume ele, lembrando que os reajustes salariais tendem a encurtar ainda mais a margem das despesas discricionárias e piorar o desequilíbrio fiscal. Pelas contas da IFI, a reversão do déficit primário que vem ocorrendo desde 2014 nas contas públicas só ocorrerá a partir de 2022, “no melhor dos cenários”.

Nota técnica

Conforme a nota técnica do Congresso, praticamente a metade do gasto discricionário de R\$ 98,4 bilhões previsto para 2019: R\$ 43,8 bilhões, já está comprometida com o custeio administrativo do Executivo, como luz, água, aluguel. Outros R\$ 9,1 bilhões devem ser destinados às emendas individuais e R\$ 15,2 bilhões, ao cumprimento do gasto mínimo constitucional com saúde. Nessa conta, contudo, já foram descontados gastos discricionários considerados obrigatórios (com controle de fluxo), como o programa Bolsa Família, mas o grosso das despesas do governo, quase 70%, são salários e benefícios previdenciários, como mostra o quadro ao lado.



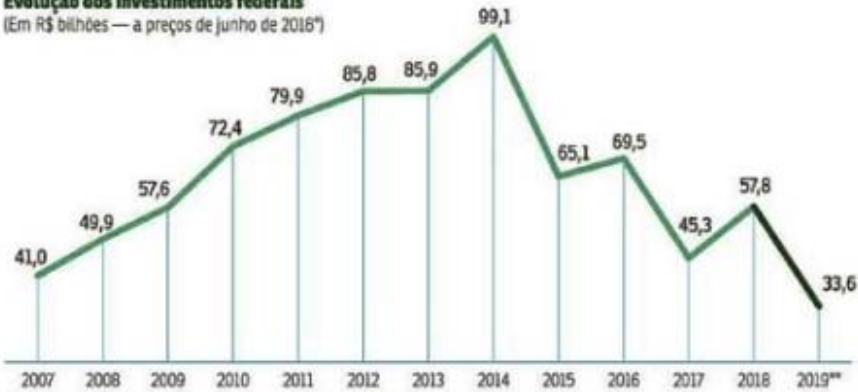


À mingua

Com aumento das despesas obrigatórias acima da inflação, investimentos encolhem, derrubando a expectativa de crescimento do país

Evolução dos investimentos federais

(Em R\$ bilhões — a preços de junho de 2016*)



*Dados calculados pela Tuitzer Prebon Brasil, com base nos dados do Tesouro Nacional.

**previsão

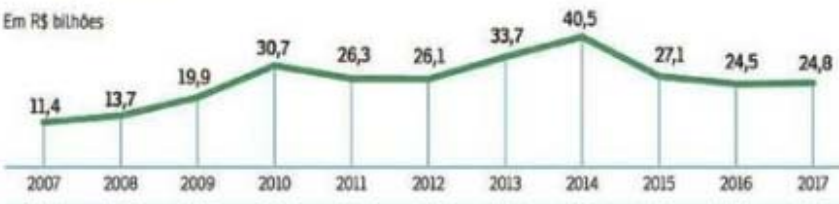
Risco maior

O montante de gasto efetivo do governo é bem menor e corre o risco de ser zero em 2019, segundo especialistas

Investimentos do governo central

(Metodologia de cálculo da IFI)

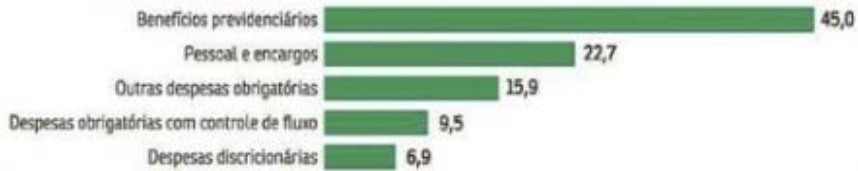
Em R\$ bilhões



Margem estreita

Pessoal e Previdência consomem 67,7% das despesas obrigatórias previstas pela LDO em 2019

Total de despesas previstas para 2019 (Em %)

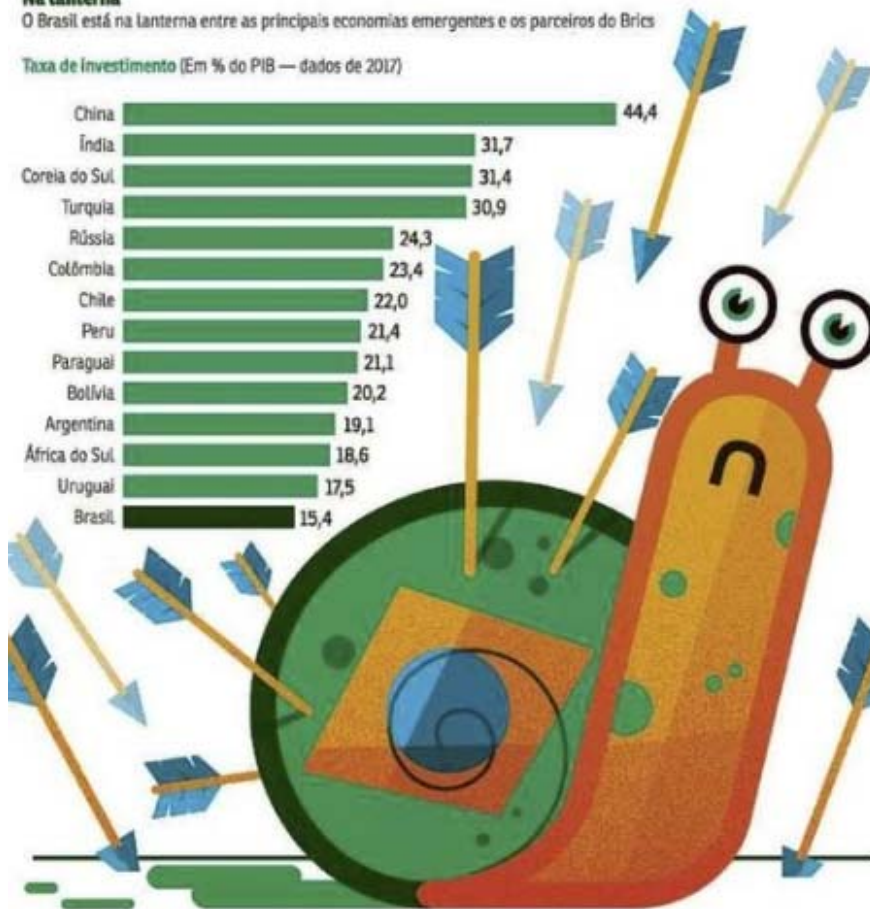




Na Lanterna

O Brasil está na lanterna entre as principais economias emergentes e os parceiros do Brics

Taxa de Investimento (Em % do PIB — dados de 2017)



Fontes: Tullet Prebon Brasil, Instituição Fiscal Independente (IFI), PLDO 2019, Ministério do Planejamento e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Reflexo na atividade

O investimento é o principal motor do crescimento econômico mais robusto e duradouro, avisam especialistas. Como o governo não tem fôlego para investir, porque as contas públicas estão desequilibradas, a desconfiança do investidor privado aumenta e ele também não investe. E isso reflete na taxa de investimento do país em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que está abaixo de 16% e é menor do que a das economias emergentes, conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI).

“O ideal para um processo de crescimento sustentável é uma taxa de investimento acima de 20% do PIB. Na China, é superior a 40% e na Índia, acima de 30%. Por isso, essas economias apresentam resultados impressionantes”, explica Otto Nogami, professor de Economia do Insper. Para ele, o governo perdeu a capacidade de investir e a recuperação do crescimento precisará vir da iniciativa privada. “O novo governo precisará recuperar a confiança do investidor,

fazendo reformas e equilibrando as contas públicas”, resume.

De acordo com Claudio Frischtak, presidente da InterB, a necessidade de investimento no país é grande, principalmente, em infraestrutura, onde ele não é suficiente para evitar a depreciação dos ativos. “O mínimo necessário para evitar a depreciação da estrutura atual que é 2,3% do PIB e um levantamento da consultoria revela que a taxa atual é de 1,70% do PIB. Para sustentar um crescimento potencial do PIB de 4% ao ano é preciso uma taxa de investimento em torno de 22% e 23% do PIB, o que permitiria perfazer o investimento em infraestrutura em torno de 4%”, destaca. O especialista também admite que como o governo não tem capacidade para investir, o maior desafio será conseguir estimular o investimento privado. “E, para isso, será necessário melhorar o ambiente de negócios e, principalmente, a segurança jurídica”, explica.

Fabio Klein, economista da

Tendências Consultoria, destaca que existe uma correlação positiva entre PIB e investimento. “Historicamente, para cada ponto percentual na taxa de investimento, o PIB cresce 0,18 ponto percentual. No entanto, essa correlação caiu para 0,12 ponto entre 1990 e 2017”, compara.

Especialistas reconhecem que, em 2018, os investimentos do governo estão crescendo levemente em relação ao ano passado, porque é um ano eleitoral. O economista Cláudio Hamilton dos Santos, técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), reforça que, no ano que vem, a tendência é de queda. Contudo, ele admite que o nível de investimento no país ainda é muito baixo e, por isso, há um consenso de que o principal fator que vem segurando a retomada da economia atualmente é a incerteza. “O fato é que as reformas esperadas pelo governo atual não foram feitas e a greve dos caminhoneiros e uma série de eventos associados também contribuíram para piorar o quadro”, lamenta. (RH)

Projetos ficam para depois

Com o caixa do governo combalido por rombos sucessivos nas contas públicas, o próximo presidente terá, entre tantos desafios, que reduzir os gargalos de infraestrutura sem dinheiro para fazer investimentos. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado pelo governo Temer, qualificou quase 200 projetos, dos quais 94 ainda estão em andamento. Porém, por falta de força política, muita coisa ficará para 2019. O futuro dos empreendimentos listados dependerá de quem ocupar o Palácio do Planalto. Se um representante de esquerda vencer a corrida eleitoral, alguns projetos de privatização podem não sair do papel, estimam especialistas.

O principal desafio do próximo presidente, no entanto, independe da inclinação ideológica: aumentar o investimento para eliminar o hiato de infraestrutura, a diferença entre o que foi feito e o necessário em setores essenciais ao desenvolvimento do país, como transportes, energia, petróleo e gás e telecomunicações. Relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República revela que o Brasil precisará investir R\$ 8,7 trilhões entre 2018 e 2038 para eliminar tal hiato.

Com uma conta parecida, a Consultoria de Negócios InterB considera o cálculo do governo consistente. Claudio Frischtak,

presidente da empresa, explica que o país teria que investir 4,15% do Produto Interno Bruto (PIB) por 24 anos para recuperar o tempo perdido. “Não estamos nem falando em modernização, mas em atualização”, ressalta. A necessidade de investimentos, segundo o cálculo da InterB, é de algo próximo a R\$ 7 trilhões em quase duas décadas e meia. Em 2017, os investimentos em infraestrutura caíram para 1,69% do PIB, frente a 1,95% no ano anterior. “Para reverter esse quadro, o país precisa abraçar uma agenda de reformas direcionadas para atrair recursos privados e possibilitar investimentos em setores essenciais, como mobilidade urbana e saneamento básico, cujo atraso separa o Brasil de países de renda média”, aponta estudo da InterB.

Frischtak explica que, no ritmo que o Brasil investe, levará ao menos 58 anos para universalizar os serviços de saneamento e 32 anos para prover transporte público de qualidade. “Desde 2011, os investimentos privados têm participação mais relevante, chegando a 63,3% do total em 2017. Isso reflete a deterioração do quadro fiscal e a redução de quase 60% dos investimentos públicos no setor de energia elétrica, decorrente do fim de um ciclo de grandes obras e da destruição da capacidade de investimento da Eletrobras”, destaca. Para o especialista, a privatização da estatal de energia, contudo, ficará

para o próximo presidente. “Quem quer que seja, terá que ter força política e apoio do Congresso para conseguir vender a Eletrobras”, diz.

Convergência

Por sorte, na opinião do presidente da InterB, há uma convergência de visões, na sociedade e dentre os presidentiáveis, que o investimento em infraestrutura é baixo. “Mas é preciso também aumentar a qualidade do investimento. Isso passa por evitar projetos malucos, como Transnordestina e Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que consta do PPI). Significa gastar menos e fazer mais. Para aumentar o volume de investimentos, tem que ser o setor privado. O pouco que o setor público tem a fazer não pode seguir o ciclo eleitoral”, assinala. Outro desafio, focado em atrair o capital privado, é garantir a segurança jurídica. “Temos uma situação de elevada insegurança. Quando junta isso com imprevisibilidade regulatória, o prêmio de risco aumenta muito. Os investidores fazem conta e vão exigir muito mais retorno”, destaca.

O secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcellos, ressalta que muito foi feito no período de dois anos. “Temos 94 projetos em andamento, dos quais 47 serão concluídos este ano. Isso representa 75% do total qualificado no PPI. Nunca se fez tanto, mas claro que





algumas coisas podem ficar para o ano que vem”, reconhece. Segundo ele, as prorrogações de contratos de concessão ferroviária da MRS e da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que estavam previstas para este ano, ficarão para 2019, assim como os leilões da Ferrogrão e da Fiol.

Na opinião do especialista Fernando Marcondes, sócio da área de infraestrutura do L.O. Baptista Advogados, nem tudo que está na mesa do PPI será concluído este ano. “É um governo enfraquecido, que está de saída e que nem sequer tem sucessor. Temer tentou fazer a parte ruim da história, com medidas impopulares, como a reforma da Previdência, mas os demais partidos não foram inteligentes e não aprovaram. Resultado: o ambiente de negócios não ficou propício para que o sucessor pudesse ter um início de mandato mais preparado”, avalia.

Para Marcondes, quem vencer a disputa pela Presidência vai pegar um país mergulhado em um cenário de concessões “enroscadas”. “Temos problemas de insegurança jurídica. Mesmo o decreto de relicitações (que permite a devolução amigável de concessões), que só depende da assinatura de Temer, é implementação muito custosa, portanto, certamente também vai ficar para 2019”, aposta. Por outro lado, o especialista destaca que os chineses estão com muito apetite. “Eles estão interessados e pesquisando. E olham para daqui 50

anos e não quatro. Se o próximo governo conseguir acenar com a liberação das concessões, não vai faltar dinheiro. Os chineses estão prontos para liberar os recursos”, afirma.

Um dos segmentos que interessa aos asiáticos são as ferrovias, mas Marcondes admite que há “um oligopólio a ser vencido”. “As linhas continuam nas mãos de pouquíssimas empresas, ou seja, aumenta a concentração”, critica. Para ele, ainda serão necessários novos investimentos no setor de energia. “Se houver aumento da demanda industrial, vai ter crise de energia. Há muita coisa represada, principalmente nas áreas solar e eólica”, avalia.

No entender do especialista em infraestrutura Miguel Neto, sócio sênior do Miguel Neto Advogados, o governo Temer não vai conseguir entregar tudo o prometeu. “Vai sobrar um estoque de concessões e privatizações, de estradas, ferrovias, elétricas, que o próximo presidente vai ter de fazer. Mas muita coisa dependerá do viés político de quem ganhar”, alerta.

“Temos uma situação de elevada insegurança. Quando junta isso com imprevisibilidade regulatória, o prêmio de risco aumenta muito”

Claudio Frischtak, presidente da InterB.



Herança

Saiba quais concessões e privatizações saem este ano e o que fica para o próximo presidente

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado no governo Michel Temer, qualificou **191 projetos** em dois anos

Do total, 97 foram concluídos, sendo 47 em 2018. Ainda restam 94 projetos em andamento, com previsão de investimento de **R\$ 283 bilhões**

Pelo cronograma do PPI, ainda devem sair este ano 13 editais, 10 leilões, seis aditivos e uma parceria público-privada (PPP)

Agosto

Edital

- Terminal no Porto de Miramar/PA (BEL 06)
- 5ª Rodada do Pré-Sal
- PPP para gestão da rede de Comunicações do Comando da Aeronáutica (Comaer)

Leilão

- Quatro distribuidoras da Eletrobras — Ceron, Boa Vista, Amazonas, EletroAcre

Aditivo

- Terminal portuário da Decal: ampliação da área do contrato no Porto de Suape/PE

Novembro

Edital

- Sete terminais no Porto de Belém/PA (BEL 02A, BEL 02B, BEL 4, BEL 8, BEL 9), no Porto de Vila do Conde/PA (VDC 12) e no Porto de Santos/SP (SPS 13A)
- Dois direitos minerários
- 10 lotes de linha de transmissão

Leilão

- Rodovia de Integração Sul (RIS)
- Ferrovia Norte-Sul (EF-151) nos estados SP/MG/GO/TO
- Lotex

Setembro

Edital

- 13 aeroportos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste
- BR 364/365 de Uberlândia (MG) a Jataí (GO)
- Ferrovia Norte-Sul (EF-151) nos estados SP/MG/GO/TO

Leilão

- 5ª Rodada do Pré-Sal
- Três terminais no Porto de Santos/SP (STS 13), no Porto de Santana/AP (MCP 01) e no Porto de Miramar/PA (BEL 06)

Outubro

Edital

- Três terminais no Porto de Cabedelo/PB (AE 10, AE 11 e o AI01)

Aditivo

- Terminal de Fertilizantes no Porto de Itaqui/MA — COPI

Dezembro

Edital

- BR 153 Goiás/Tocantis
- Ferrogrão (EF-170) entre Mato Grosso e Pará
- Ferrovia de Integração Oeste-Leste (EF-334/BA) de Ilhéus a Caetitê, na Bahia

Leilão

- 13 aeroportos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste
- BR 364/365 de Uberlândia (MG) a Jataí (GO)
- Dois direitos minerários
- 10 lotes de transmissão
- PPP do Comaer

Aditivo

- Prorrogações ferroviárias da Malha Paulista e das Estradas de Ferro Carajás e Vitória Minas e do terminal Agrovía no Porto de Suape/PE

Desafios

Especialistas apostam que a concessão de vários ativos e decisões vão ficar para 2019

1

O leilão das distribuidoras da Eletrobras foi suspenso várias vezes e a venda pode não sair este ano

2

A privatização da Eletrobras vai ficar para 2019 e o próximo presidente deverá ter capital político para vencer a resistência dos parlamentares para vender o ativo

3

O governo reconhece que as prorrogações da concessão da ferrovia administradas pela MRS e a Ferrovia Centro Atlântica vão ficar para 2019

4

Será preciso aumentar o investimento em infraestrutura, que está nos menores níveis, abaixo de 1,7% do Produto Interno Bruto por ano

5

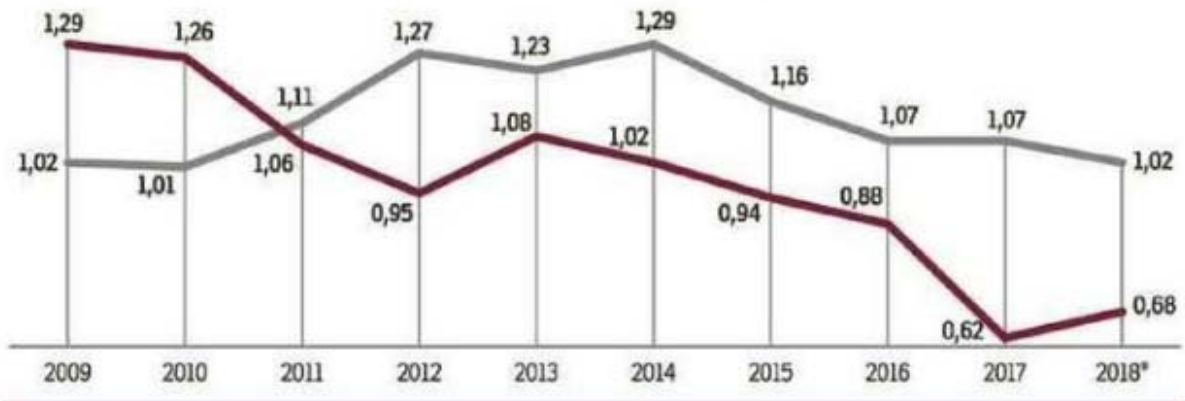
A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência admite que o volume de investimentos necessários é enorme:

R\$8,7 trilhões até 2038 para eliminar os gargalos



Pouco investimento

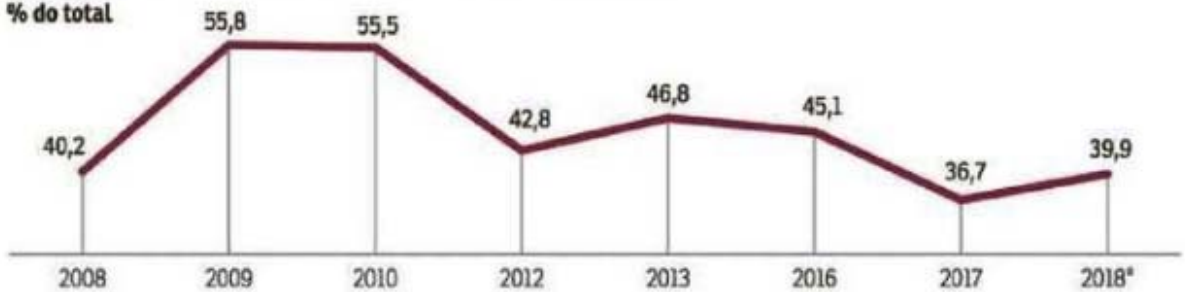
Poder público vem investindo cada vez menos em infraestrutura (em % do PIB) — Público — Privado



Queda

Participação pública nos investimentos em infraestrutura vem caindo

% do total



* Projeção

Fontes: PPI, Secretaria de Assuntos Estratégicos e InterB Consultoria